

O QUE É A DOCTRINA PUTIN? A QUESTÃO ESTRATÉGICA RUSSA E A SEGURANÇA NACIONAL AMPLIADA

José Alexandre Altahyde Hage¹

Introdução

Há algumas maneiras que nos ajudam a compreender a atuação política exercida pela Rússia na Guerra da Ucrânia no ano de 2022². Naquela contenda, o que se pode auferir é o ímpeto expansionista russo, representado por sua elite governante representada pelo governo de Vladimir Putin. Um modo de ser expansionista e revisionista do sistema internacional, resultante de 1991, do fim da União Soviética, marca acontecimento altamente trágico para dirigentes do Kremlin, que temiam a desestrutura política do Estado em face de disputas regionais, inicialmente na Ásia Central e Cáucaso, conforme visão de Tim Marshall (MARSHALL, 2018).

Observações geopolíticas, sociológicas, históricas, integradas a uma visão de psicologia social, podem ser ferramentas para investigarmos as razões pelas quais a Rússia tenciona reconstruir sua política de teor imperial, como se fosse uma segunda natureza de sua alma eslava. Seria um *ethos* que, em certos momentos históricos, se aflora e contribui para modificar a atuação entre as grandes potências que concorrem pela preeminência em áreas de marcante interesse político russo. No século XIX, a concorrência era com o império britânico; hoje, a disputa se dá com os Estados Unidos e seu braço

1 Professor de Relações Internacionais na Universidade Federal de São Paulo. E-mail: alexandrehage@hotmail.com.

2 Nossa referência a essa guerra é circunstancial, não é nossa intenção entrar em sua desenvoltura. Embora não haja como separar o desdobramento da Doutrina Putin do atual conflito militar ela não foi concebida para este embate em particular

armado, também europeu, organizado pela Aliança Atlântica (BRZEZINSKI, 1987).

As ciências sociais contemporâneas costumam não trabalhar com análises reducionistas sobre objeto de estudo, tampouco abrem espaço para investigações muito largas, que adotam várias ferramentas conceituais. A moderação no número de métodos é o ponto conveniente para adentrarmos ao tema sobre questões russas da atualidade ou do passado recente. Uma investigação sobre conjugação de fatores geopolíticos, históricos e econômicos pode ser conveniente.

Por conseguinte, a questão que pensamos merecer investigações é encontrada na *Doutrina Putin*, de Sergei Karaganov (2022), diretor do Conselho de Política Externa e de Defesa em Moscou, cuja divulgação passou a ser feita há pouco em virtude, entre outros motivos, da atual guerra europeia. Por isso, adiantamos que o objetivo deste ensaio é analisar a Doutrina Putin, sua gênese na política russa, sua ligação com o passado recente e seu teor programático.

Karaganov, mesmo que seja politicamente conservador, também entra no mérito sobre a utilização das ciências sociais, inclusive procurando resgatar o que o marxismo-leninismo teria de proveitoso para a Rússia. O aprendizado dessas disciplinas tem de ser para o desenvolvimento e resoluções nacionais. O autor frisa a inconveniência para a “questão nacional”, dos pressupostos críticos ocidentais e da nova esquerda acadêmica norte-americana, cujo fundamento é se apegar a políticas identitárias e valorizar movimentos sociais anti-tradicionais (KARAGANOV, 2022).

Assim, podemos adiantar alguns aspectos da Doutrina Putin, que consistem: 1 – assumir a frustração russa por ter acreditado na boa vontade ocidental, no momento mais penoso da política e da economia do país; 2 – fazer esforços para remontar o poder político em face do oportunismo dos Estados Unidos e União Europeia tendo, como exemplo, o *Euromaidan*, de 2014, na Ucrânia, e o assédio de Washington para atrair alguns ex-satélites russos para a OTAN, como Geórgia; 3 – a própria ampliação da Aliança Atlântica sem correspondência com a segurança russa, em situação de solvência, em virtude de crises institucionais e 4 – refletir qual seria a melhor forma de conceber democracia, organização social e ensino universitário (KARAGANOV, 2022).

Por vez, doutrina é conceito utilizado pela diplomacia, direito canônico e direito internacional como conjunto coerente de ideias básicas, substanciadas por filosofia e valores “universais”³. A noção ganhou dimensão

³ Damos preferência, para esse assunto, a Christian Caubet, que se aproxima mais de nossa concepção para este ensaio, inclusive por versar temas caros à geopolítica, como ocupação

na cronologia da política interestatal, sobretudo com o aparecimento da Guerra Fria, a saber, a *Doutrina Truman*, de 1947, e a abertura que ela ajudou a dar a outros usos do termo no decorrer do século XX, caso da *Doutrina Carter*, de 1980 (BENETTI, 1986).

Cumprimos dizer que este trabalho é somente uma forma de contribuição a questão premente, que está em voga nas relações internacionais, e que anima debates e reflexões de boa parte da comunidade acadêmica e imprensa em geral: o expansionismo russo e sua concepção de segurança internacional que, em nossa leitura, não deixa de ser *segurança nacional ampliada*, uma vez que para Moscou a linha divisória entre o internacional e o doméstico, se tratando desse prisma, é muito tênue⁴. Por isso, não faz parte de nosso objetivo esgotar tema tão largo e complexo.

O tempo coberto por este ensaio começa em 1991, fim da União Soviética, a janeiro de 2022, nos exercícios militares que o governo Putin havia começado a fazer em partes da Ucrânia, caso de Donbass. Nosso arcabouço teórico-metodológico se vale da literatura geopolítica, antiga e moderna, Halford Mackinder e Zbigniew Brzezinski, bem como autores do realismo das relações internacionais, Henry Kissinger e John Mearsheimer. No entanto, isso não nos impede, para melhor compreensão de nosso texto, de recorrermos a liberais, como Francis Fukuyama e Joseph Stiglitz.

Além desta introdução, nosso ensaio está dividido da seguinte forma: na primeira parte temos o intuito de fazer breve balanço do conceito de doutrina aplicado à política interestatal e ao princípio de poder nacional dos Estados. Depois, analisaremos a Doutrina Putin como resultado e, ao mesmo tempo, impulso ao revisionismo que Moscou faz sobre a conjugação geopolítica atual. Na terceira parte, examinaremos algumas passagens dos anos 1990, do sistema emergente. Época de globalização, liberalizações e “doutrina de choque” que perturbou o **quantum** de poder russo. No final, demonstraremos algumas reflexões nas considerações finais.

Características de Doutrina

espacial e dos rios internacionais (CAUBET, 1991). Nesse autor, a relação entre política do poder e doutrina direito internacional não é, obrigatoriamente, excludente.

⁴ Temos a opinião de que o termo “segurança nacional ampliada” é conveniente em virtude da visão que a Rússia tem historicamente sobre essa questão. Na política de Moscou o problema de segurança não tem fronteira exata. Isto porque a percepção de fronteira para a Rússia não se limita somente ao aspecto físico, demarcação, mas também cultural. A noção de *estrangeiro próximo*, Estados fronteiriços com tradição russa, eslava, é exemplo dessa premissa.

Pensamos ser conveniente explicarmos, dentro de nossas condições, o conceito de doutrina, depois *Doutrina de Potência*. Isto para abrirmos meio para melhor compreensão do que pode ser a Doutrina Putin e sua demanda para contestar o sistema de Estados que está em voga, mas que sofre desafios pelas outras potências além da Rússia, China, Irã e possivelmente Índia. Ao estreitarmos mais a compreensão sobre doutrina, além do enunciado acima, o conceito pode ser percebido na condição de arcabouço moral e programático de certas instituições, sociais e políticas, que guardam compromisso com mudanças ou posicionamentos. No âmbito da militância católica, doutrina foi a Bula Papal de Leão XIII, chamada *Rerum Novarum* (Das Coisas Novas), na qual o Pontificado procurava firmar críticas contra efeitos do capitalismo industrial, urbano, na primeira década do século XX: o aumento da pobreza, a perda de valores morais e a ganância financeira. A resolução para aqueles males estaria na cultura de caridade, tradição e solidariedade cristãs. Eis a doutrina social da Igreja (BENETTI, 1986).

Ao especificarmos um pouco mais, doutrina também passou a ser nome de repúdios documentados contra relacionamento abusivo de grandes potências aos países pobres do Hemisfério Sul. Exemplo disso foi a instituição da *Doutrina Drago*, de 1902, que criticava o uso militar que os Estados Unidos fizeram para cobrar dívida venezuelana, entre outros países. O argumento do diplomata argentino, Luís Maria Drago, buscava se firmar como norma do Direito Internacional contra violações de soberanias por dívidas externas e outros passivos (CORREA, 1967).

Embora seja lugar-comum, para habituados nesses assuntos, mesmo assim, citamos a Doutrina Truman, de 1947, cujo papel fora o de fazer contenção à expansão soviética em direção à Europa Ocidental, oferecendo cooperação militar aos países interessados. Tal manifestação pedia o fim de comportamentos vistos por inconvenientes na política americana, de não abandonar o teatro de guerra europeu em sua conclusão (como havia feito no Tratado de Versalhes, de 1919) nem adotar o isolacionismo, porque seria o poder dos Estados Unidos a garantia do equilíbrio mundial.

Vale também mencionar a Doutrina Carter, de 1980, na qual permitia-se aos Estados Unidos fazerem uso de força militar para protegerem passagens marítimas, sobretudo no Oriente Médio e adjacência, que tocassem em sua segurança energética: o controle das águas internacionais para navegação de petroleiros (MELLO, 1997). De igual modo, o documento foi utilizado para marcar posição contra a União Soviética, em virtude de sua entrada no Afeganistão, e ao Irã fundamentalista que poderia ser exportador de sua violenta pregação, ambos ocorridos em 1979.

Em nossa concepção, nem todas as atividades reativas em política interestatal devem ser doutrina, com todo o significado desse termo. Porém,

não haveria contrariedade ao dizermos que a missão de Truman fora doutrinária, se considerarmos o efeito promovido pelo célebre documento escrito por George Kennan, o *Longo Telegrama (The Sources of Soviet Conduct)* no qual o diplomata norte-americano informara Washington sobre a melhor forma para enfrentarem o poder da União Soviética. A saber, poder soviético que deveria receber ação igual ou maior do que aquele demonstrado, sobretudo na defesa do espaço europeu ocidental (KENNAN, 1947).

O relatório de Kennan ganhara impacto junto à comunidade estratégica dos Estados Unidos porque informara que, para lidar com a União Soviética, não se poderia utilizar ferramentas convencionais de entendimento, como se aquele país vivesse sob condições iguais aos ocidentais. Haveria necessidade de se compreender o que viria a ser a alma russa, sua entrega sem trégua ao objetivo a ser alcançado, mesmo com altos custos para firmar Moscou como centro coordenador da Europa; o que os soviéticos procuravam fazer junto à Grécia em 1947. Por isso a Doutrina Truman.

De maneira análoga, podemos dizer que havia doutrina na premissa de Carter, uma vez que seu governo imaginava a projeção de poder dos Estados Unidos no além-mar, no *Rimland* da teoria geopolítica de Nicholas Spykman⁵, a partir das interpretações que Brzezinski fazia para promover a penetração norte-americana na periferia, nas fimbrias, da Eurásia, para contrabalançar o plano de expansão que a União Soviética tencionava fazer para sair ao Oceano Índico e, daí, perturbar a preeminência do poder naval norte-americano. Eis a “Luta pela Eurásia” que atualizaria o antigo grande embate, entre a potência da terra e dos mares (BRZEZINSKI, 1987).

Em consonância com o exposto acima, a doutrina necessita ser concebida a partir de documento (ou momento) que registre seu espírito. Carlos de Meira Mattos acredita que a Doutrina de Potência não pode ser criada sem levar em conta a realidade na qual está inserida a elite governante, bem como trabalho de prospecção e seleção dos reais objetivos que determinado Estado deve seguir, em face da política de poder, para ser alçado à condição de grande potência. Usamos o conceito de Doutrina de Poder porque acreditamos que ele pode ser prefácio para analisarmos a Doutrina Putin porque ambas trabalham temas semelhantes aos Estados territoriais.

Em consonância com o parecer de Arnold Toynbee que, nos anos 1960 e 1970, era bastante mencionado no Brasil, Meira Mattos acredita que a Doutrina de Poder tem de oferecer *Objetivos Nacionais ou Críticos*.

5 Na teoria de Spykman o *Rimland*, ou as fimbrias, são áreas intermediárias do litoral para o centro da Eurásia, o *Heartland* de Mackinder, na qual o poder americano deveria concentrar suas forças para impedir a transposição da União Soviética em direção aos oceanos Índico e Pacífico, efeito que animaria o Kremlin para tornar a União Soviética potência anfíbia (SPYKMAN, 2019; MELLO, 1997).

No caso brasileiro, o que era esperado seria a elevação do País ao nível de grande potência dentro de determinado tempo, por meio de transformações domésticas consideradas urgentes ao Estado, como a integração nacional. Ainda que o documento mencione o Brasil, seu registro se estende a outras partes do mundo, o que pode ser válido para aqueles Estados que tencionavam construir poder em face dos conflitos mundiais (MATTOS, 1970).

Por isso, o militar brasileiro, valendo-se do intelectual britânico, percebe que na Doutrina de Poder alguns Objetivos Nacionais são de caráter geopolítico. Algo que não seria estranho às grandes potências pode se ver nestas linhas, mesmo sendo temporal e limitado, visto que suas inclinações são presentes na Rússia e seus esforços para retornar ao lócus daqueles que decidem:

1 – sua soberania deve exercer-se sobre um vastíssimo território; 2 – hoje dia, grande potência é aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais; 3 – de que o deve caracterizar a potência moderna é a capacidade de exercer um poder coordenador sobre a maior área que a de seu próprio território. Esse poder coordenador não terá que ser, obrigatoriamente, político e militar. Poderá ser, predominantemente, econômico ou ideológico (MATTOS, 1970: 44).

À guisa de definição desta parte de nosso ensaio, podemos adiantar que a Doutrina Putin carrega conteúdo de programa específico para contribuir à elevação do poder russo naquilo que ele pensa ser mais premente para sua geopolítica, segurança internacional ou nacional ampliada. Pensamos que analisar tal documento é congruente e nos ajuda a compreender duas ações interligadas, independentemente do juízo que se possa fazer dos atos promovidos pelo governo Putin.

Primeira, o advento da Doutrina Putin surge com o amadurecimento da crítica que o Kremlin faz sobre a situação secundária (ou subordinada) que a Rússia passou nos anos 1990. Vale dizer, da relativa desmontagem do poder estatal herdado da União Soviética, portando, de sua influência internacional, inclusive abrindo possibilidade de desestruturação territorial, vide a guerra da Chechênia, em 1994. Por seu turno, o governo liberal de Boris Yeltsin, empossado em 1991 e concluído em 1999, traz más lembranças àqueles que imaginavam lugar melhor para a “Mãe Rússia” em face dos desafios, justamente por ter sido carreador daquelas manifestações desmanteladoras.

Segunda ação, o documento também vem a calhar, visto que a Rússia participa de guerra na qual o enfrentamento não se limita à Ucrânia, mas à conjugação de poder que nela está a OTAN e os Estados Unidos, como interessada pelo enquadramento estratégico russo. Aliás, algo que

fora aguardado, sob o propósito de Washington, de conseguir imprimir hegemonia no Cáucaso pós-soviético e impedir que houvesse emergência de outra potência concorrente.

A artimanha assumida pelo governo Ronald Reagan, nos anos 1980, contava com sugestões de Brzezinski, de eleger “pinos estratégicos” na Alemanha Ocidental e Polônia, contra a União Soviética, de fomentar guerra psicológica e contando com o papa João Paulo II, para minar a ideologia comunista. Por isso, nada mais crível que dar voz a pensador que havia se mostrado prático na definição da Guerra Fria e, nos anos 1990, imprimia caminho para paralisar o poder russo.

A tarefa acima continua no livro *El Gran Tablero Mundial*, no qual ex-conselheiro de segurança do governo Jimmy Carter faz sugestões para que os Estados Unidos fossem primordiais na Eurásia, no “coração continental” (BRZEZINSKI, 1997). O nome Brzezinski não aparece à toa em nosso ensaio, afinal ele é marcante no atual debate geopolítico russo, e é citado na Doutrina Putin como intelectual engajado que simboliza esforços ocidentais contra Moscou (KARAGANOV, 2022).

Aspectos da Doutrina Putin

Sergei Karaganov acredita que seu manifesto tem dois aspectos: ele é reativo em relação àquilo pelo qual a Rússia passou nos anos 1990, anos de limitadas capacidades estratégicas e econômicas. Digamos, reativo na medida que procura fazer balanço do passado recente, considerado prejudicial, como o de não poder se opor à ampliação da Aliança Atlântica e às intromissões que a aliança fez em áreas das quais não lhes diziam respeito, caso de Líbia e Síria em 2011. Naquela nação norte-africana a Rússia não teve muito o que fazer, mas ao se tratar do aliado médio-oriental Moscou já havia conseguido atraparhar um pouco as excursões militares estadunidenses.

A condição negativa pela qual vivia a Rússia não passaria apenas pelos temas estruturais, da economia e da geopolítica. Determinados assuntos, tão peculiares para a educação universitária do país, seriam postos em nível inferior. O abandono dos pressupostos mais caros à Rússia pela adoção “acrítica” de premissas entendidas como salutares para o Ocidente, livre-mercado, desregulamentação e certos modismos acadêmicos se mostrariam prejudiciais ao espírito nacional, que respingariam na projeção da política externa e segurança. Isto porque tais premissas ajudariam na opinião de que seria melhor a Rússia aceitar sua derrota histórica e seu fatalismo.

Por outro lado, a Doutrina Putin também pode ser considerada prospectiva, já que prescreve meios para fazer com que a Rússia abandone

suas vulnerabilidades, herdadas de tratados draconianos, se restabeleça como potência viável e contribua para que haja construção qualificada de relacionamentos regionais em área de grande interesse e penetração histórica de Moscou, valendo para a Ásia Central e Cáucaso. Regiões nas quais a tentativa para se criar Estados soberanos, com todo o peso que esse termo acarreta, falhou em nome de promessa que não se cumpriu, por não haver comunidades de povos estáveis e economicamente modernos (KARAGANOV, 2022).

O que se vislumbravam eram populações sem tradições culturais e história que pudessem servir de argamassa para a centralização estatal. Como fomentar valores nacionais, e democracia, em região que sai do peso czarista, em 1917, e logo pula para a do controle soviético até seu fim em 1991? O que havia era somente o apego a recursos naturais, hidrocarbonetos, que promoviam interesse ocidental na economia global de energia (SÉBILLE-LOPEZ, 2007).

No período em que Estados Unidos e União Europeia tencionaram promover a existência de Estados soberanos, o que se encontrou foi uma série de unidades políticas, de coletividades, que não haviam planejado viver sob a figura de Estado, como se concebe no Ocidente, sob o mínimo de coerência, culturalmente nacional, fronteira e política. Estamos nos referindo a uma Europa tradicional, de valores nacionais, que aos poucos desaparece (FERNANDES, 2017).

Em concordância com Fernandes o expoente da Doutrina Putin vê duas realidades politicamente divergentes: enquanto a União Europeia defende uma era pós-nacional, com descentralização dos poderes territoriais, em prol de Bruxelas, e de instituições internacionais, entrando a OTAN, comandada de, de fato, por Washington, a Rússia estima a unidade nacional, popular e religiosa. Especificamente, soberania que Putin atribui sacralidade para seu país e para seu estrangeiro próximo, o que vale também para Ucrânia, cuja soberania não é desvencilhada da russa (PUTIN 2021).

Sobre o que vem a ser democracia, vontade nacional e organização política, Karaganov entende que essa forma de governo deve ser aquilo projetado pelos valores sociais russos, e não simplesmente reproduzir o que lhe é culturalmente distinto. Em outras palavras, não se deve pensar o que é democracia, liberal, a partir do Ocidente como se fosse a única maneira de a conceber.

Mas, dessa vez, o que o governo Putin deve fazer é estabelecer projeto de cooperação regional e não reprodução hierárquica de unidades políticas, da mesma forma que houve com a Rússia czarista ou da própria União Soviética – no fundo, experiências multinacionais mais de dominação e menos de complementariedade e cooperação no modo mais amplo do termo

(KARAGANOV, 2022).

Se houve um ponto de partida para que o Kremlin tivesse percebido sua angústia política e procurasse superar seus problemas, o encontro de Munique, de 2007, e reforçado em 2021, fora útil. O governo Putin levou em conta a desaceleração econômica pela qual passa o Ocidente, sua reconhecida decadência e, de modo paradoxal, a hostilidade que instituições internacionais, de segurança, passaram a demonstrar não somente contra a Rússia, mas também a outros países, inclusive a China. Era como se a frustração da perda de empenho fosse compensada com mais agressividade:

There is no need to interfere or to try to influence the internal dynamics of the West, whose elites are desperate enough to start a new cold war against Russia. What we should do instead is use various foreign policy instruments – including military ones – to establish certain red lines. Meanwhile, as the Western system continues to steer toward moral, political, and economic degradation, non-Western powers (with Russia as mayor players) will inevitably see their geo-economic and geo-ideological position strengthen (KARAGANOV, 2022: 11).

Agora, a Rússia estaria em uma situação peculiar e favorável. Na condição de grande potência, domesticamente satisfeita, o país tem acesso a quase tudo de que necessita em economia e matérias-primas. Nas relações diplomáticas, o autor acredita que a aproximação com a China é providencial. Não obstante Pequim possa ter veleidades expansionistas, justamente em área de foco russo, mesmo assim, o grande vizinho é o melhor parceiro para montar bloco resistente ao Ocidente. A economia internacional, não há incerteza, passa a ter seu centro dinâmico na Ásia.

Não há dúvidas de que se há ressentimento russo contra o Ocidente ele se encontra na expansão da OTAN a leste, sem refletir se havia tal necessidade, e se valia a pena menosprezar um país que, apesar de tudo, guardava relevância e importância geopolítica. A integração da Polônia àquela organização, em 1999, já pronunciava a máxima de que o futuro guardaria situações conflituosas, de alta intensidade, à medida que a Rússia procurasse angariar respeito próprio.

A entrada de Varsóvia à Aliança Atlântica deu sinais claros de que Moscou não teria condições de se opor; o país não possuía recursos de poder suficiente para fazer valer sua posição contra o Ocidente, da mesma forma que fazia a União Soviética na preservação de sua área de interesse. Escreve o autor que depois da Polônia só restou esperar a dilatação da Aliança Atlântica com a participação dos países bálticos, que não se constrangeram em trocar suas soberanias pela “suposta proteção ocidental”. Agora, se a

ampliação estratégica ocidental quer contar com Ucrânia ela tem de parar, sem a qual não poderá haver respeito mútuo e convivência pacífica na Europa (KARAGANOV, 2022).

Em uma análise, que pode ser crítica à Doutrina Putin, não se duvida de que houve esforços para fazer do Estados Unidos o controlador do sistema internacional, no qual a Rússia seria subordinada com o fim da Guerra Fria; não apenas ela, mas todo o continente europeu, agora sem o Pacto de Varsóvia. No entanto, para Angela Stent, a observação feita é a de que Putin força muito a mão para defender seus objetivos, até dando a entender que ele quer recriar a União Soviética.

A evolução desse comportamento chegaria a “menosprezar” o poder norte-americano, considerado fraco para enfrentar grandes desafios. Da mesma forma, isso se estenderia à Alemanha, cuja preocupação é “arrumar a casa” e a União Europeia no geral⁶. Nesse aspecto, a invasão da Ucrânia seria somente um primeiro passo para dar à Rússia aquilo que ela pensa ser politicamente justo, mesmo que essa reivindicação jogue o mundo em um caos (STENT, 2022).

Na Doutrina Putin, de acordo com Karaganov, não haveria empenho russo para a violência. Porém, a guerra não seria descartada, caso Estados Unidos e União Europeia botem a segurança russa em risco, isto é, se convocarem a Ucrânia para se tornar “campo de prova” para hipotéticos exercícios geopolíticos da OTAN para intimidar a Rússia por meio de estacionamento de armas táticas de grande alcance, da mesma forma que houve na Polônia e República Checa.

Além disso, o uso de Kiev para impulsionar *guerra irregular*, de propaganda, ideológica, por meio de organizações financiadas pelo Ocidente, contra a visão russa de mundo, também deve ser combatido. Em defesa da unidade espiritual e histórica entre Ucrânia e Rússia (filhas do Principado de Kiev) Putin explana sua crítica em consonância com o artigo de Karaganov, visto que o trabalho para desestruturar a cultura nacional ucraniana é essencial para haver políticas anti-Rússia:

⁶ Há exames que consideraram a maneira com a qual o europeu médio, com boa renda e educação, percebe temas de segurança internacional como muito importante para seus países. Alguns estudos demonstram que esse setor da população, com alguma influência, não dedica importância a questões da “grande política”, preferindo assunto mais mezinhas, de auto-interesse: manter estilo de vida cosmopolita, certos prazeres de classe, ou alimentar nova agenda que tenha impacto global, como substituição do petróleo por “energia verde”, preservação ambiental e direitos humanos. São sociedades do conforto que não mais precisariam expressar preocupações por segurança, como haviam feito seus antepassados por causa da Segunda Guerra e mesmo pela angústia existencial da Guerra Fria (INGLEHART, 2012).

Along with that we are witnessing not just complete dependence but direct external control, including the supervision of the Ukrainian authorities, security services and armed forces by foreign advisers, military “development” of the territory of Ukraine and deployment of NATO infrastructure. It is no coincidence that the aforementioned flagrant law on “indigenous peoples” was adopted under the cover of large-scale NATO exercises in Ukraine (PUTIN 2021: 13).

Dentro dessa visão, se há área realmente prejudicada, em alguns propósitos, é a Europa Ocidental. O *Velho Mundo*, antiga arena de civilização e vigor, virou apêndice militar dos Estados Unidos, sem vontade própria, para desenhar seu destino e interesses a perseguir. A segurança coletiva, coordenada em Washington, minou a autonomia continental e não a melhorou. A retirada de comando sobre assuntos estratégicos, de Londres, Berlim ou Paris, não ajudou a melhorar a segurança europeia, apenas demonstrou a apatia daqueles centros, como segue:

As for NATO, it is very clear what we should do. We need to undermine the bloc’s moral and political legitimacy and refuse any institutional partnership, since its counterproductivity is obvious. Only the military should continue to communicate, but as an auxiliary channel that would supplement dialogue with the DOD and defense ministries of leading European Nations. After all, it’s not Brussels that makes strategically important decisions” (KARAGANOV, 2022: 9).

Pensar que a existência da OTAN seria sinal de garantia para Europa levaria ao engano. Aquelas potências que agora vivem sob orientação de Washington teriam de saber que o papel da Rússia não é o de criar animosidade, mas sim ter condições de cooperar com o continente. Ajudar em temas que verdadeiramente contribuem para obter vantagens para todos os lados, e não alimentar princípios, cujo fito é o engessamento de poder e hierarquia política, de acordo com aquilo que é encontrado sob governos de elite cosmopolita, tecnocrática e antipopular (KARAGANOV, 2022). Mesmo que a Rússia esteja perto da satisfação territorial, ou de matérias-primas essenciais para sua economia, há bom número de questões a serem superadas por programa nacional coerente com aquilo que se pensa ser o espírito e necessidades do país. A reforma universitária, em ciências sociais, relações internacionais e economia, já foi mencionada. Mas a Rússia ainda se ressentida de ter perdido dinamismo tecnológico e ciência mais avançada, em comparação ao Ocidente.

Outro item preocupante para o Kremlin é a perda de peso demográfico que ocorre desde o fim da União Soviética. Sobre isso, emerge preocupação no

qual população é poder; vale dizer, alta demografia é importante para ocupar espaços vazios em amplo território. Com população em torno de 140 milhões de habitantes, a Rússia não teria condições de se espalhar pela Sibéria e, a partir disso, evitar desbalanço demográfico, questão de segurança nacional⁷. Com efeito, há estimativas que apontam até perda de massa populacional para abaixo dos 140 milhões, caso o país não invertesse a baixa taxa de natalidade e moderasse os óbitos por novas políticas de saúde (KAPLAN, 2013).

Um dado pouco comentado é que das potências europeias, industrializadas, o fim da União Soviética, até 2000, logrou nível de vida à herdeira russa abaixo da média, próxima ao grupo de países do antigo Terceiro Mundo. Na verdade, a expectativa de vida da população no geral caiu para níveis desconhecidos para aquele tipo de sociedade, de traços modernos e cultos. O ressurgimento da desnutrição e o aumento do alcoolismo podem ser citados como explicação para a questão demográfica do país (GOWAN, 2003). Talvez a Rússia tenha sido o único caso de grande potência que vê sua qualidade de vida despencar sem sofrer derrota militar propriamente dita.

Com os elementos exposto acima podemos dizer que a Doutrina Putin é reflexão sobre eventos e degastes políticos que a Rússia passou logo após seu ressurgimento como Estado territorial em 1991. Os anos 1990 são considerados os momentos mais baixos do amor-próprio daquele país nos últimos tempos. Sobre esse arrazoado, procuraremos demonstrar na próxima parte deste ensaio.

Os Exuberantes Anos 1990

Antes de tudo, informamos que gostaríamos de usar recurso estilístico-metodológico encontrado em famosos livros de ciências humanas: aumentar ou diminuir determinados períodos de análise conforme as circunstâncias⁸. Nossa década de 1990, para propósitos de longa duração, não acaba em 1999 ou 2000. Ela se finda em 2010 por dois motivos: 1 – Define o teto de poder dos Estados Unidos e Europa Ocidental por causa da questão financeira, trazida pela quebraadeira de 2008 e pela ascensão da China; 2 – pela busca de

7 Mesmo que possa ser raciocínio temporal, ligado à teoria geopolítica do século XIX e início do XX, o peso da demografia como elemento de poder parece não ser desprezado em virtude da alta estima que há sobre tecnologia, robótica e eletrônica que, em parte, demonstraria mais impacto que o número de habitantes em determinados espaços. Em propósitos mais clássicos, Friedrich Ratzel praticamente fora o genitor do fator demográfico. Em termos contemporâneos, a questão pode ser vista em autores como Robert Kaplan (2013) e Sébille-Lopez (2007), citados neste ensaio.

8 Citamos *O Longo Século XX*, de Giovanni Arrighi, e *O Breve Século XX*, de Eric Hobsbawn.

reestruturação de poder da Rússia feita por Vladimir Putin.

A reestruturação russa, mesmo que demorada, por causa dos limites econômicos do país, consegue manter o poder do presidente Bashar Al Assad, da Síria (aliado russo), em face do assédio norte-americano a partir de 2011, variante da *Primavera Árabe*, cujo objetivo era retirar governantes considerados antidemocrático e antiocidentais. A mesma manutenção a Rússia não pode fazer em 2003, na defecção do governo iraquiano de Saddam Hussein, que até os anos 1980 recebia apoio soviético.

Com o título desta parte do ensaio, o economista Joseph Stiglitz nomeia seu livro sobre o sucesso que foi a economia dos Estados Unidos nos anos 1990. O prêmio Nobel de 2001 constata que foi justamente uma plataforma liberal (mais à esquerda no ideário norte-americano) que promoveu prolongado período de crescimento econômico, e pleno emprego, pela via do livre-comércio, da desregulamentação financeira, de serviços e de maior liberdade ao sistema bancário (STIGLITZ, 2003)⁹.

O autor não deixa de demonstrar certa perplexidade sobre determinadas políticas assinadas pelo governo de Bill Clinton (de 1993 a 2000) que contribuíram, ainda que involuntariamente, para a crise financeira, de 2008, que arrastou quase todo o sistema econômico internacional para a instabilidade. Problema que afetou os próprios Estados Unidos em sua escala de poder. A conservação da mesma política econômica do governo Reagan no *Federal Reserve*, já com Alan Greenspan (1987), pode servir como exemplo das “contradições” daquele governo democrata.

Também nos temas militares havia impressão de que os Estados Unidos, nos anos 1990, viviam em “céu de brigadeiro”, uma vez que seu orçamento para área era maior que a de todas as grandes potências combinadas. Não havia paralelo no histórico do sistema internacional sobre tal fenômeno – nem o Império Britânico gozou de tanta distância em sua época de hegemonia. Na ótica de Henry Kissinger, o domínio norte-americano foi atípico em todo os termos (KISSINGER, 1994).

Não seria crível observar uma grande potência guardar tanta vantagem em relação aos competidores pela hegemonia ou pela montagem de bloco concorrente. No atual século, a condição bélica pró-Estados Unidos já havia começado a se modificar por causa da crise econômica de 2008 e 2009, diluindo-se um pouco. Contudo, podemos verificar que os orçamentos indicavam ainda boa dianteira a Washington. Vejamos os dados de 2010 e

9 OS Estados Unidos haviam sido o número um do sistema internacional e exercido seu *soft power* exemplar. Mas no passado recente Washington dispensou aquelas reconhecidas qualidades políticas para se jogar em nova guerra fria com Rússia e China. Embate prolongado que os Estados Unidos devem perder (STIGLITZ, 23.06.2022).

2011, em bilhões de dólares:

País	2010	2011
Estados Unidos	698,3	689,6
China	121,1	129,3
Rússia	58,6	64,1
França	59,1	58,2
Reino Unido	58,1	57,9

(Fonte: SILVA FIHO; MORAES, 2013)

A situação econômica e militar dos Estados Unidos era ímpar no sistema internacional, e isso permitia-lhes formular planos de expansão em outras áreas do globo, bem como conservar aquelas que foram criadas no decorrer da Guerra Fria. Por causa dos acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 a Doutrina Carter, mesmo sem ser mencionada, fora reforçada com a tomada militar do Iraque e o empenho das forças navais norte-americanas nas águas dos Emirados Árabes. Houve empenho para se obter a “Doutrina Bush” que, em parte, subsistiu no governo de Barak Obama, repensado para que os Estados Unidos seguissem de perto Rússia e China na Eurásia.

Tudo isso permitia a Washington eleger a Ásia Central e Cáucaso como novos campos de teste do poder americano, na medida que procurava trazer para sua influência antigos protetorados da União Soviética. Cazaquistão, Geórgia e Azerbaijão poderiam ser novos “pinos estratégico” que os Estados Unidos usariam para constituir rede de proteção contra uma Rússia renovada. De outro modo, incentivaram a guerra de secessão que a Chechênia fizera contra o poder central russo em 1994.

Do lado europeu, a operação também não deixou de ser feita, até começou com o *debacle* da União Soviética em 1991. Por isso, uma tarefa que não podia tardar era saber o que fazer com a OTAN, já que sua contraparte, o Pacto de Varsóvia, havia desaparecido. O debate inicial sobre a Aliança Atlântica levava em conta que ela não deveria acabar, mas sim se transformar em garantia do equilíbrio europeu, visto que a unificação alemã, saudada como progresso político e moral, despertava receio em seus antigos inimigos, como Grã-Bretanha (GOWAN, 2003).

A admissão de Berlim na Organização seria providencial para acalmar partes do continente. Mas o busílis da questão mudou de cor quando se percebeu que a organização estava se espalhando para o leste, nos países que outrora fizeram parte do bloco soviético de segurança regional: Polônia, Bulgária, República Checa, Romênia e Hungria migraram para a OTAN sob o sentimento de que poderiam marcar posição contra a Rússia e, a partir disso, receber ajuda econômica ocidental.

Depois da primeira etapa de dilatação a Aliança Atlântica chegou aos países bálticos, Estônia, Lituânia e Letônia com o propósito de montar um tipo de “cordão sanitário” anti-russo. E o plano seria mais bem completo se trouxesse para si a Ucrânia, cuja localização e importância, como entidade territorial, daria aos ocidentais projeção de grande monta. Isto porque de todos os parceiros o Estado ucraniano é o mais bem servido de recursos naturais e com melhor posicionamento estratégico, inclusive por sua saída ao Mar Negro. Mas a Ucrânia ainda não estava na agenda.

O clima poderia ser de tensão, se os Estados Unidos não tivessem larga projeção de poder e se a Rússia pudesse oferecer um mínimo de resistência. Em 1999, ainda que Moscou tivesse demonstrado oposição à OTAN na guerra da ex-Iugoslávia, por apoio à Sérvia, não pode mostrar mais do que protestos e descontentamento. Mesmo assim, no âmbito dos debates, apareceu deputado russo, ultranacionalista, que marcou época ao invocar novo papel para a Rússia na conformação de uma nova Europa, que não mais ignorassem o peso de Moscou na ordem internacional.

Vladimir Jirinovski surge com ponto de vista bastante preocupante para aquela situação. Em entrevista fornecida em 1994 ele prega que a parte oriental da Europa deve ser geograficamente reformulada entre as duas maiores potências continentais: Alemanha unificada e Rússia, que deveria ser militarmente reconstruída. Alguns países, para isso, teriam de ser incorporados às duas unidades política que, efetivamente, importam na balança do poder continental.

Na concepção espacial do parlamentar russo o conveniente é deixar a natureza política seguir seu curso: os três países bálticos e Ucrânia devem ser reincorporados à Rússia, da mesma forma que foram no período imperial e soviético. A Polônia deverá ceder território à “Grande Alemanha” no centro da Europa; também deve se integrar a Berlim Áustria, República Checa, Eslovênia e talvez Kaliningrado. O resultado dessa manifestação expansionista seria a atividade cooperativa entre Alemanha e Rússia, ao invés de uma visão lúdica e falsamente virtuosa de integração europeia (FSP, 1994).

Leonel Mello compreende que a visão de Jirinovski é uma pequena manifestação da cultura geopolítica russa, de Mackinder¹⁰, em busca de preeminência e solidificação de poder no leste europeu e na Eurásia. O novo arranjo procurado pelo Kremlin lembra mapa anterior à Primeira Guerra Mundial, no qual a política europeia era mais clara: uma potência militar no

¹⁰Mello dedica esforços para valorizar a teoria do *Heartland*, do Coração Continental, feita pelo geógrafo britânico Halford Mackinder, bem conhecido da geopolítica russo-soviética. Com a expressão popular “não se chuta cachorro morto” o professor da Universidade de São Paulo acredita que Mackinder ainda tem o que mostrar para se compreender as manifestações russas por preeminência regional e projeção de poder (MELLO, 1997). A lembrança de Mackinder trazida por Jirinovski seria amostra da atualidade das premissas desse clássico geopolítico.

centro, Alemanha, e outra no Oriente, Rússia:

Em grandes linhas o contexto atual apresenta a seguinte configuração: uma Alemanha reunificada despontando como grande potência do centro da Europa; uma Rússia amputada em seus territórios periféricos, mas conservando o domínio da maior parte do *Heartland* eurasiático; um mosaico de Estados-amortecedores do mar Báltico até os mares Negro e Adriático oscilando pendularmente entre as duas potências (MELLO, 1994: 64).

Quando o ex-presidente George Bush anunciou a *Nova Ordem Mundial*, 1990, seguia a senda aberta por teóricos que haviam ganhado publicidade por terem tentado vaticinar sistema internacional melhor, mais democrático e justo, em comparação àquele que se findava com a Guerra Fria. Francis Fukuyama fora um desses profetas menores. Seu texto, *O Fim da História?*, no qual ele acredita que não haveria mais conflitos de alta intensidade, por causa de valores e ideologias, foi muito debatido durante o período em que se assistia à queda do Muro de Berlim.

Ao valer-se da filosofia do alemão George F. Hegel Fukuyama opina que se houver guerras elas serão travadas por motivos inferiores, não carregarão o germe da contestação dos valores internacionais que subjugaria a democracia e o liberalismo. Democracia e liberalismo seriam vencedores na Guerra Fria, assim se tornariam vetores da Nova Ordem (FUKUYAMA, 1989). O problema é que o professor de *Stanford* se limitou apenas a citar o comunismo como ideologia praticante nas relações internacionais, demais ideologias não estavam em seu radar, até porque não existiam ou não estavam maduras para se transformarem em ferramentas de contestação (FERNANDES, 2017).

Até Kissinger se sensibilizou com as boas novas da América. Claro, mais malicioso e conhecedor das coisas do mundo, no estado mais profundo, o ex-conselheiro do governo Nixon sabia que aquela ordem internacional seria impregnada de contradições, que a levariam a ser desafiadas de todos os lados. A ideia de que os Estados Unidos seriam os diretores do mundo interestatal a partir de exemplos morais e idealistas, típicos de uma potência frugal e fechada em si mesma, não ganharia corpo por muito tempo. A mensagem de Washington, com esse teor, seria encarada como cínica pelos inimigos e contraproducente pelos aliados (KISSINGER, 1994).

Todavia, o estudioso da política internacional pressentia que o urso russo, machucado pelas dentadas da baleia americana, se recuperaria o suficiente para ser um incômodo aos ideários estadunidenses de equilíbrio do poder, no qual somente os Estados Unidos lucrariam sem ter muito trabalho. O mundo deveria ser multipolar, apesar das dores que isso poderia causar.

Em matéria de *Russia Today* é isso que procura demonstrar o governo Putin ao alegar que a ascensão do Sul Global, incorporado também pelos BRICS, é antípoda ao tradicional peso ocidental que, inclusive, procura se assegurar por medidas de coloração neocolonial (PUTIN in RT, 13.10.2022).

É evidente que uma grande potência, praticamente incontestável militarmente, que expressa valores morais de grande envergadura, por ter derrotado o agrupamento de totalitarismos, não vai admitir perdas sem ao menos lutar para conservar alguma vantagem específica, no entanto: “O relativo poder militar dos Estados Unidos vai gradualmente entrar em decadência. A ausência de um adversário bem definido produzirá uma pressão interna para que os recursos sejam dirigidos para outras prioridades, um processo que já começou” (KISSINGER, 1994: 16).

Talvez o princípio de que o mundo estaria fomentando uma segunda (ou terceira) guerra fria seria amostra da angústia da qual os Estados Unidos, em primeiro lugar, demonstrariam por ver mudanças rápidas que ocorrem no sistema internacional, dando espaço cada vez maior para players que, não faz tanto tempo, eram apenas coadjuvantes no grande jogo da política internacional. Pode ser que isso tudo apareça como sintoma das mudanças das quais vaticinou Kissinger.

Considerações Finais

No ano de 2014, nos quentes acontecimentos da Praça Maidan, chamados *Euromaindan*, na capital ucraniana, houve alerta que chamou atenção da Rússia, do governo Putin. O motivo para tanto não foi sem importância, mas de caráter geopolítico, mormente para uma potência que há séculos enxerga sua política externa a partir do leste europeu, não separando o que é, definitivamente, seu interesse nacional de outros países da região (MARSHALL, 2018).

Logo após a defecção, pelos protestos do Euromaindan, de governo ucraniano aliado a Moscou, de Viktor Ianukovytych, a Rússia, rapidamente adentrou à Crimeia, até então território da Ucrânia. Nos cálculos políticos de Putin, a substituição de antigo mandatário para instalação de representante politicamente, mais próximo à União Europeia, não devia passar despercebida.

Afinal, a Crimeia não era região qualquer no ideário russo. Além do imaginário cultural e histórico, de ser parte da “Mãe-Rússia”, há a estratégica cidade portuária de Sebastopol, onde a marinha de guerra russa estaciona parte substancial de sua frota para movimentação no Mar Mediterrâneo. A advertência apareceu para os *policy makers* russos pelo fato de que a abertura da Ucrânia às sugestões da União Europeia poderia promover, possivelmente,

a entrada do país na OTAN e, por consequência, fazer a Rússia perder o direito de usar Sebastopol. Em 1991, com a independência da Ucrânia, Moscou passou a usar aquele porto por meio de tratado bilateral.

Um dos efeitos das operações ocidentais, pró-OTAN, pode ser o lançamento de nova “doutrina naval” na qual o governo Putin pede que o peso da marinha russa seja percebido, inicialmente, nas áreas dos mares Báltico, Negro e partes do Pacífico. De fato, a ascensão da armada russa seria componente essencial para integrar a configuração de uma doutrina maior e indicar mudanças que podem ocorrer na presente geopolítica mundial (PUTIN in RT: 05.08.2022).

Em clima político, de praticamente *soma zero*, o possível relacionamento de Kiev com a Aliança Atlântica poderia significar perda de prestígio para o Kremlin, o que acarretaria dúvidas se a Rússia teria mesmo força de bancar sua projeção de força como potência relevante. Sabemos que na “grande política” o descrédito costuma cobrar alto preço do governante desatencioso.

Em países não habituados, ou não participantes, das altas tensões da política internacional, talvez possam se dar ao luxo da indiferença. Mas esse efeito não pode ser válido para Rússia, China, Estados Unidos, Israel (mais alguns) porque não podem deixar sinais de vacilo ou impasse, sem que isso seja interpretado como fraqueza pelo oponente. A saber, oponente que depois possa se animar, e crescer politicamente, sobre indecisões de seus adversários.

Não há contestações, praticamente, sobre a máxima de que o sistema internacional está em mudança. Se a alteração será para melhor, mais justo ou democrático não está em pauta. Não seria de se esperar, dentro do uso sistemático do poder, os Estados Unidos descerem na administração dos negócios globais sem, ao menos, demonstrar alguma resistência ou deixar empecilhos no caminho de quem tenciona subir à cabeceira do comando. Por isso, tentar deixar algumas minas no caminho russo, em sua área tradicional de atuação, não deve dar sinais de novidade.

O fomento às políticas de atração aos antigos membros do Pacto de Varsóvia para que adentrassem à OTAN; infiltrações de toda sorte no Cáucaso, e até na própria Rússia (Chechênia), foram ferramentas de diversificação e de desestruturação do poder russo na medida do possível. Uma potência que goza por ter a maior economia mundial, e de possuir o maior orçamento militar, não se deixa cair sem ao menos atralhar a vida daqueles que querem dividir o comando mundial.

É certp que, mesmo em um país resistente em perder espaço, com prazo em aberto, considerando que nele haja democracia e liberdade de opinião, vozes podem surgir pedindo moderação na descida ou cuidados no enfrentamento daqueles que competem por hegemonia. John Mearsheimer frisa opinião sobre a trajetória errática dos Estados Unidos perante à Rússia

(MEARSHEIMER, 08.02.2015).

O professor da Universidade de Chicago, mais prudente, sugere que as potências ocidentais, especialmente, Estados Unidos, admitem que certas questões escapam do desejo de Washington. A natureza realista da política internacional deixa à vista que a Ucrânia é área do interesse geopolítico russo. Ignorar essa premissa seria provocação barata, sem obter nada de proveitoso.

O conhecido provérbio “não faça aos outros o que não gostaria que fizesse a você” parece ser aceito por Mearsheimer ao dizer que os Estados Unidos também demonstrariam contrariedade, caso Rússia ou China, procurassem fincar pé no Canadá ou no México. Afinal para que foi feita a *Doutrina Monroe*? Nesse aspecto, parece que a moderação do citado acadêmico não se opõe, obrigatoriamente, aos desígnios da Doutrina Putin e a tentativa de se dividir a política mundial a partir de diretórios, sendo um deles dedicado à Rússia. Apesar de tudo, seria o mais conveniente.

Nesse arranjo, o papel da Ucrânia deveria ser o de ser *Estado-tampão*, área de transição entre a Europa Ocidental para a Rússia, militarizada apenas para sua própria defesa, mas sem compromisso formal com qualquer bloco de poder, da mesma forma, que houve com Finlândia ou Áustria após 1945. Mesmo assim, nada impediria que a Ucrânia fosse integrada à economia da União Europeia.

A Doutrina Putin não foi escrita para o embate entre Rússia e Ucrânia ou outro país qualquer. O documento sublinha que Moscou não aceitaria ver o vizinho imediato se transformar em campo de teste para forças ocidentais, sem ao menos reagir. Se a reação empregar forças militares (agora empregada) vai depender da vontade de quem estiver ao lado de Kiev (KARAGANOV, 2022). E neste 2022 o embate militar na Europa Oriental é guerra por procuração.

O que acontece na Ucrânia, seja em 2014 ou 2022, nos lembra Raymond Aron, quando ele entende que a perda do Canal de Suez, antigo patrimônio franco-britânico na capital do Egito, para o nacionalismo do coronel Nasser, abalou o mundo. Aquilo que ocorreu em 1956 pode ter sido uma injustiça para o direito internacional, mas um ganho para o equilíbrio de poder, pois conservou o sistema e evitou uma guerra que poderia envolver potências nucleares. (ARON, 1986). Por vias diversas, parece que Aron, Mearsheimer e Karaganov convergem no apego à prudência.

REFERÊNCIAS

Aron, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília, Edunb, 1986.

Caubet, Christian Guy. As Grandes Manobras de Itaipu. Guarulhos, Acadêmica, 1991.

- Correa, Alexandre Augusto. “Ruy e a Doutrina Drago”. In Revista da USP. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1967. Available at: [file:///C:/Users/HP/Downloads/66547-Texto%20do%20artigo-87934-1-10-20131125%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/66547-Texto%20do%20artigo-87934-1-10-20131125%20(1).pdf). Accessed June 02, 2022.
- Benetti, Saffo T. “Doutrina”. In BOBBIO, Norberto inter alia (org). Dicionário de Política. Brasília, Edunb, 1986.
- Brzezinski, Zbigniew. EUA vs URSS. Rio de Janeiro, Nórdica, 1987.
- Brzezinski, Zbigniew. El Grand Tablero Mundial: La Supremacia Estadounidense y sus Imperativos Geoestratégicos. Barcelona, Paidós, 1997.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira. O Regresso da Geopolítica: Europa, Médio Oriente e Islão. Coimbra, Almedina, 2017.
- FSP - FOLHA DE S. PAULO. “Jirinovski Redesenha o Mapa da Europa”. São Paulo, 20.02.1994. Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/20/mundo/3.html>. Accessed June 03, 2022.
- Fukuyama, Francis. The End of History? Available at: <https://tr.uow.edu.au/uow/file/c1e8a018-b551-452a-94c1-f681ed92a4c5/1/fukuyama-1989-1-18.pdf>. Accessed June 10, 2022.
- Gowan, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- Inglehart, Ronald. “A Revolução Silenciosa na Europa: Mudança Intergeracional nas Sociedades Pós-Industriais”. In Revista de Sociologia e Política. Vol. 20, nº 43. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012. Available at: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/QqnRdcpXbsW3pdbhLZ5g6S/abstract/?lang=pt>. Accessed June 09, 2022
- Kissinger, Henry. Diplomacia. Lisboa, Gradiva, 1994.
- Kannan, George. “The Source of Soviet Conduct”. In Foreign Affairs. Nova York, July, 1947. Available at: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Accessed May 28, 2022.
- Kaplan, Robert. A Vingança da Geografia. Rio de Janeiro, Campus, 2013.
- Karaganov, Sergei. “The Putin Doctrine – Russia’s Foreign Policy of Constructive Destruction”. In Russia in Global Affairs. Moscou, nº 01, jan. feb. 2022. Available at: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/from-destruction-to-gathering/>. Accessed June 02, 2022.
- Marshall, Tim. Prisioneiros da Geografia. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- Mattos, Carlos de Meira. “Doutrina Política de Potência”. In A Defesa Nacional. Vol. 56, nº 631. Rio de Janeiro, Bibliex, 1970. Available at: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/8815>. Accessed June 01,

2022.

- Mearsheimer, John. “Don’t Arm Ukraine”. In *The New York Times*. Feb. 08.2015. Available at: <https://www.nytimes.com/2015/02/09/opinion/dont-arm-ukraine.html>. Accessed June 09, 2022.
- Mello, Leonel Itaussu. “A Geopolítica do Poder Terrestre Revisitada”. In *Lua Nova*. Nffl 34. São Paulo, CEDEC, 1994. Available at: *A Geopolítica do Poder Revisitada-Leonel Mello.pdf*. Accessed June 10, 2022.
- Mello, Leonel Itaussu. *Quem tem Medo da Geopolítica*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- Putin, Vladimir. “On the Historical Unity of Russians and Ukrainians”. In *President of Russia*. 12.07.2021. Available at: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/66181>. Accessed October 13, 2022.
- RT. “The Battle for the Global South, na Aciént Evil Rears its Head”. In *Russia Today*. 12.10.2022. Available at: <https://www.rt.com/news/564474-west-battle-global-south/>. Accessed October 13, 2022.
- RT. “Russia’s New Naval Doctrine: What You Need to Know”. In *Russia Today*, 05.08.2022. Available at: <https://www.rt.com/russia/559948-russia-new-naval-doctrine/>. Accessed October 13, 2022.
- Silva Filho, Edison Benedito; Moraes, Rodrigo F. “Dos ‘Dividendos da Paz’ a Guerra Contra o Terror: Gastos Militares Mundiais nas Décadas Após o Fim da Guerra Fria – 1991-2009”. In *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Rio de Janeiro, IPEA, julho de 2013. Available at: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1754.pdf. Accessed June 08, 2022.
- Spykman, Nicholas. *A Geografia da Paz*. São Paulo, Hucitec, 2019.
- Stiglitz, Joseph. *Os Exuberantes Anos 90: Uma Nova Interpretação da Década mais Próspera da História*. São Paulo, Cia das Letras, 2003.
- Stiglitz, Joseph. “US Could Lose a New Cold War to Russia and China, says Nobel Prize Winner”. In *Tass Agency*. 23.06.2022. Available at: <https://tass.com/world/1470117>. Accessed June 26, 2022.
- Stent, Angela. “The Putin Doctrine”. In *Foreign Affairs*. January, 27, 2022. Available at: <https://www.foreignaffairs.com/articles/ukraine/2022-01-27/putin-doctrine>. Accessed June 07, 2022. Arrighi, Giovanni. 2013 *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contratempo.

RESUMO

O objetivo deste ensaio é analisar o documento denominado de Doutrina Putin, publicado por Sergei Karaganov, em janeiro de 2022, sua relação com o expansionismo russo encontrado na anexação da região ucraniana da Criméia, em 2014, e sua crítica ao sistema internacional emergente com o fim da Guerra Fria; momento considerado bastante prejudicial, para os russos, à renovação de poder daquele país e sua ascensão como grande potência. O corte de tempo da investigação é de 1991, fim da União Soviética, e janeiro de 2022, início das hostilidades entre Rússia e Ucrânia pelo Donbass. A linha argumentativa, teórico-metodológica, deste ensaio emprega literatura do pensamento geopolítico e de autores pertencentes ao realismo da teoria de relações internacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Poder Russo; Governo Putin; Geopolítica Europeia; Doutrina Política.

*Recebido em 27 de outubro de 2022
Aprovado em 10 de dezembro de 2022*